

3

Breve reflexão sobre a origem do conceito de autor e autoria de textos escritos

Neste capítulo o principal tema são os aspectos sociais e as circunstâncias históricas que deram origem ao conceito de autor e à noção de autoria na forma como são reconhecidos nos dias atuais. Trata-se especialmente do autor do gênero escrito literário, por reconhecê-lo como aquele que suscitou a origem desses princípios. Além disso, exemplifica-se como desde a Idade Média vêm sendo atribuídos diferentes graus de reconhecimento ao autor ao longo dos séculos.

A definição de autoria aplica-se a diversos tipos de produção: pintura, música, escultura, filme, fotografia e texto escrito. Dentro de cada universo de criação utilizam-se recursos diferentes, o que sem dúvida, promove maneiras distintas de se conceber os processos de elaboração desses materiais. Fortunato (2003, p. 38) se refere a esses diferentes universos autorais em função dos diferentes procedimentos de produção utilizados.

... é interessante deixar entreaberta a possibilidade de entendermos o discurso sob outras linguagens: a do desenho, da pintura, da música, do cinema, etc. E as possibilidades de autoria sob cada um desses sistemas podem ser diversas, na medida em que se altera o *status* material do discurso: produzir uma obra sob a materialidade de um livro, ou de um quadro ou de uma peça musical, certamente supõem procedimentos de autoria distintos, que levem em conta as possibilidades materiais de composição. Do mesmo modo, produzir um discurso para ser reproduzido em um livro em formato de rolo, como faziam os antigos, ou no formato do códice, supõe diferentes procedimentos no que diz respeito às condições materiais de produção do discurso. (Fortunato, 2003, p. 38).

Ao tratarmos do autor de textos escritos falamos não somente de um escritor, mas sim daquele cujo nome dá identidade e autoridade ao texto. Foucault (1979) fala sobre a função do nome do autor exemplificando dessa forma:

Se eu descobro que Shakespeare não nasceu na casa que nós visitamos hoje, essa é uma modificação que obviamente não irá alterar o funcionamento do nome do autor. Mas se nós provássemos que Shakespeare não escreveu aqueles sonetos que são atribuídos a ele, isso constituiria uma mudança significativa e afetaria a maneira na qual o nome do autor funciona. Se nós provássemos que Shakespeare escreveu o *Organon* de Bacon mostrando que o mesmo autor escreveu tanto as obras de Bacon quanto as de Shakespeare isso seria um terceiro tipo de mudança que modificaria inteiramente o funcionamento do nome do autor. O nome do autor não é, portanto,

simplesmente um nome próprio como o resto. (Foucault, 1977, p. 145, minha tradução).¹

Sendo assim o nome do autor remete a várias significações e expectativas em relação ao texto publicado, o que demonstra a importância que hoje em dia ainda se confere ao autor. O autor, portanto, parece ser não só aquele que escreve, mas também aquele que tem a sua obra publicada. No campo acadêmico, por exemplo, a figura do autor é extremamente importante para a fundamentação e legitimação das pesquisas. Mesmo em relação aos LDs, com o intuito de valorizar o livro, as editoras ao nomearem os autores relacionam suas formações acadêmicas e todas as suas experiências profissionais vinculadas à educação e ao magistério.

Ostrower, teórica da arte e professora, enaltece o trabalho do autor dizendo que criar é “dar uma forma a algo novo” (2004, p.31).

Já, Barthes (1977) faz ressalvas em relação à própria existência do autor. Para o filósofo não se deve levar em conta aspectos políticos, históricos, religiosos, étnicos, psicológicos ou qualquer outro que diga respeito à individualidade do autor com o intuito de se analisar sua obra. Segundo Barthes (1977) escrever representa, tão logo se inicia esse feito, a destruição de todas as vozes e de todos os pontos de origem; é um ato de anulação do sujeito e da perda da identidade.

Barthes (1977) conta que a noção de autor é relativamente recente e teve sua origem no final da Idade Média. A partir dos pensamentos que constituíram o Empiricismo inglês, o Racionalismo francês e a Reforma, consagrou-se o prestígio do indivíduo. No campo da filosofia, o Empiricismo caracterizou-se como uma teoria do conhecimento que enfatizava o papel da consciência e dos sentidos. Já o Racionalismo francês foi um período de apelo à razão como fonte de conhecimento. A Reforma, por sua vez, consistiu no movimento de reformulação da Igreja Católica no século XVI propagando a valorização da fé pessoal.

O surgimento dessas novas maneiras de ver o mundo e o prestígio do indivíduo certamente se refletiu na literatura onde se passou a dar importância ao autor como pessoa.

¹ If I discover that Shakespeare was not born in the house that we visit today, this is a modification which, obviously, will not alter the functioning of the author's name. But if we proved that Shakespeare did not write those sonnets which pass for his, that would constitute a significant change and affect the manner in which the author's name functions. If we proved that Shakespeare wrote Bacon's *Orgnon* by showing that the same author wrote both the works of Bacon and those of Shakespeare, that would be a third type of change which would entirely modify the functioning of the author's name. The author's name is not, therefore, just a proper name like the rest.

Momentos históricos diferentes sempre influenciaram e intervieram na avaliação da pessoa e no papel do autor literário. A Renascença, por exemplo, foi um momento extremamente propício para o reconhecimento do mesmo.

A Renascença compreendeu uma era que se seguiu à Idade Média e precedeu o período da Reforma. Cronologicamente esse momento situou-se entre os séculos XIV e XVI. Nessa época desenvolveram-se diversos programas culturais e movimentos baseados no humanismo e, conseqüentemente, na valorização do indivíduo nas produções artísticas e intelectuais em geral.

Outro fator decisivo para a ascensão do autor ocorreu na Europa nesse mesmo período, mais precisamente no século XV. O alemão Johann Gutenberg (1398 – 1468) em 1447 inventou a tecnologia de impressão baseada nos tipos móveis, o que possibilitou um processo de produção rápida de materiais escritos num período de grande realização intelectual. A partir dessa época o autor passou a assinar suas obras e foi deixando de ser anônimo, coletivo, invisível e desconhecido. O escritor foi se “personalizando” e passou a ter uma alcunha e suas obras a serem reconhecidas através desse nome.

A partir das colocações do filósofo Michel Foucault (1926 – 1984) é possível elaborar um pouco mais sobre os conceitos de autor e autoria. Foucault (1979, p. 147 - 148) salienta que este tipo de relação do autor “proprietário” do seu trabalho e da sua obra estabeleceu-se na medida em que os autores se tornaram sujeitos a punições, caso seus discursos se caracterizassem como transgressores das estruturas das sociedades estabelecidas. No final do século XVIII e início do século XIX, com a instituição de um sistema de propriedade intelectual e de leis severas de uso das obras publicadas, as propriedades transgressoras que sempre foram intrínsecas ao ato de escrever, segundo Foucault, tornaram-se imperativas na literatura. O filósofo explica esse período da seguinte forma:

É como se o autor, no momento em que fora aceito na ordem social da propriedade que governa nossa cultura, estivesse compensando seu novo status ao ressuscitar o antigo campo de discurso bipolar numa prática sistemática de transgressão e ao restabelecer o perigo de escrever, o qual, por outro lado, concedeu os benefícios da propriedade. (Foucault, 1979, pg. 147 -148; minha tradução).²

² It is as if the author, at the moment he was accepted into the social order of property which governs our culture, was compensating for his new status by reviving the older bipolar field of discourse in a systematic practice of transgression and by restoring the danger of writing which, on another side, had been conferred the benefits of property.

Foucault (1979, p. 149) também ressalta a influência dos momentos históricos sobre as percepções que se tem de autor e autoria em diferentes épocas. Ele contrapõe a importância do autor nos textos escritos citando que na civilização ocidental a “função-autor” nem sempre afetou os discursos de modo universal e constante. Houve um período em que os textos que hoje em dia chamamos de literários eram aceitos e valorizados sem a identificação do autor. O atributo importante para a legitimação desses manuscritos era a sua antiguidade. Já os textos científicos da Idade Média que tratavam de astronomia, geografia, medicina e ciências naturais só eram aceitos como verdadeiros se contivessem o nome do autor. O processo inverso passou a ocorrer entre os séculos XVII e XVIII, quando esses mesmos textos científicos eram aceitos por si mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou passível de demonstração. Enquanto que por sua vez, os discursos literários eram reconhecidos a partir da “assinatura” do autor.

Os vários graus de importância que são atribuídos ao autor em momentos históricos distintos e em relação a diferentes gêneros discursivos podem nos fazer supor que os conceitos de autor e autoria não sejam imprescindíveis para a valorização e o reconhecimento das produções escritas, sendo possível que os discursos permaneçam independentemente de referências aos seus autores. Sendo assim, em relação ao ato de escrever *per se*, se é que acontece em algum momento, qual é o instante: o antes, o durante ou o depois, em que a presença do autor se dilui?

Woodmansee (1984, p. 425) reforça a colocação de que a concepção de “autor” é uma invenção relativamente recente. A autora afirma que esse conceito é o produto do aparecimento no século XVIII de um grupo de escritores que buscavam seu sustento com as vendas dos seus escritos para um público leitor emergente. A professora Woodmansee (*op. cit.*) conta que na Alemanha esse novo grupo de profissionais, por se encontrarem sem as garantias que hoje em dia são conferidas ao autor através das leis de *copyright*, iniciou a redefinição da natureza da escrita. As reflexões desse grupo de indivíduos deram origem ao conceito de autoria na forma como o mesmo vigora hoje em dia. As crescentes reivindicações dos direitos dos autores sobre o produto do seu trabalho intelectual culminaram com a promulgação em 1710 na Inglaterra do primeiro ato de *copyright* do mundo, *The Statute of Anne*. Alguns anos mais tarde, em 1793, oficializou-se na França a lei que regulava os direitos de reprodução e reconhecia os direitos de propriedade dos autores de escritos de todos os gêneros, compositores de

música, pintores e desenhistas. Nesse meio tempo, em 1790 nos Estados Unidos, foi instituída na maioria dos estados americanos a primeira lei de *copyright*.

Hoje em dia o conceito de autoria, em que um indivíduo é o responsável intelectual por aquilo que produz e dessa forma detém direitos legais de propriedade desse produto, vem sendo profundamente questionado. Embora o senso comum, em parte, ainda considere o escritor um indivíduo inspirado e unicamente responsável por um produto singular, o autor e a sua suposta genialidade e espírito criador são elementos menos essenciais na nossa cultura onde as obras são cada vez mais produzidas por "co-autores". Notadamente o declínio do autor coincide com a expansão de novas tecnologias de comunicação e informação que vêm redimensionando as formas de produção e consumo das obras.

Atualmente é possível prever que estejamos vivendo um período de transição do autor "textual" para o autor da era "eletrônica", principalmente pelo advento dos *e-books* e da disponibilização de todos os tipos de textos na *internet*. Chartier (2002) se refere a esse momento da seguinte forma: "a revolução do texto eletrônico é, de fato, ao mesmo tempo, uma revolução da técnica de produção dos textos, uma revolução do suporte do escrito e uma revolução das práticas de leitura". (Chartier, 2002, p. 113).

Consequentemente esse novo momento trará mudanças na relação do autor e seu texto e também na própria noção de autoria. Novos projetos como os *creative commons* que significam "alguns direitos reservados" tem o objetivo de expandir a quantidade de obras disponíveis ao público, permitindo criar outras obras a partir delas, por meio de licenças jurídicas.

Tomam vultos também certos grupos planfetários como o italiano *Wu Ming* e o brasileiro *Sabotagem*. Esses grupos questionam o *status quo* do autor literário e pregam o fim da propriedade intelectual. Também se auto-intitulam "tecnosubversivos", pois defendem o conceito de *copyleft* – um movimento contra à "propriedade privada das idéias". (Dorigatti, 2005).

Diante dos fatos atuais pode ser relevante questionar se essa trajetória não-linear de nascimento, vida e morte "pré-decretada" do autor literário apresenta alguma semelhança com a trajetória do autor de livros didáticos. Possivelmente os caminhos devem ter sido bastante diferentes visto que a autoria de livros didáticos pressupõe uma natureza de escrita totalmente diversa da do autor literário.

Existem muitas interferências na produção da obra didática que não ocorrem em outros tipos de escritas. A começar pela intervenção do Estado que fixa currículos e

estabelece critérios de avaliação e autorização para a sua circulação e uso nas instituições de ensino. Dessa forma as interferências dos editores ultrapassam as questões técnicas de forma bastante evidente. O tamanho das tiragens e as várias edições subsequentes que precisam dar conta de conteúdos novos, voltados tanto para o professor quanto para o aluno, são dois dos diversos aspectos que particularizam a produção didática.

Devido às suas inúmeras especificidades, uma análise do que representa o LD para o ensino de LI no Brasil requer uma revisão histórica da produção de livros escolares a partir de um olhar que leve em conta questões políticas, econômicas, educacionais e culturais do país onde é fabricado.

3.1

Resumo

Neste capítulo foram comentadas as contingências sociais e os momentos históricos que propiciaram o surgimento dos conceitos de autor e autoria de textos escritos, conforme as noções que concebemos ainda nos dias de hoje.

Foi possível constatar que esses conceitos são relativamente atuais, pois embora sempre tenha havido autores em diversas culturas e em todas as épocas, somente a partir do Renascimento por razões econômicas e ideológicas essas atribuições se institucionalizaram.

Tais menções foram feitas com o intuito de mais adiante estabelecer-se comparações entre as identidades, funções e atribuições dos demais autores de textos escritos com os autores de LD para o ensino de LI como LE.

Essas reflexões iniciais acerca de autoria visam também proporcionar subsídios para a compreensão da relação do autor com o seu texto buscando dessa forma dimensionar a importância e o papel do autor em relação à sua criação escrita.